



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES: INVESTIGANDO TEMAS E ABORDAGENS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Fernanda Couzemenco Ferreira¹
Daniela Zanetti²

RESUMO

A violência contra a mulher é um tema de crescente recorrência nos meios de comunicação, visto sua relevância social no Brasil e no Espírito Santo, um dos estados no topo desse triste *ranking*, e onde os sistemas Judiciário e Policial se destacam por negligenciarem os direitos das mulheres em situação de violência. Este artigo traz uma revisão inicial de literatura, a partir de uma coleta realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, sobre trabalhos que versem sobre as relações entre o consumo midiático e a violência de gênero. Foram feitas duas buscas, que totalizaram 410 resultados. Desses, 252 foram selecionados para análise e classificados em cinco categorias. O levantamento mostrou sensíveis diferenças entre as notícias jornalísticas e publicações de mídias sociais produzidas por coletivos de mulheres e instituições comprometidas com a igualdade de gênero. As mediações jornalísticas, via de regra, são contaminadas pela misoginia que impregna a sociedade, enquanto somente nas redes e sites especializados os relatos de quem é alvo da violência conseguem espaço para veiculação sem o enviezamento patriarcal. Encontrar caminhos para potencializar as vozes das mulheres nas mais diversas mídias é o objetivo desta pesquisa.

Palavras-chave: mídias; violência contra mulher; jornalismo; redes sociais; mediações; patriarcado; São Pedro.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão inicial da literatura a partir de uma coleta realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes sobre o tema da pesquisa em andamento, que aborda as relações entre o consumo de mídias digitais por mulheres, especialmente periféricas e negras, e o enfrentamento à violência de gênero no Brasil.

O Brasil é um dos países mais violentos contra as mulheres e o estado do Espírito Santo se mantém há anos no topo do ranking de feminicídio. O *corpus* da pesquisa envolve mulheres

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES; fernanda.couzemenco@gmail.com

² Professora Orientadora: Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA); Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; daniela.zanetti@gmail.com



da região da Grande São Pedro, na periferia de Vitória, capital do Espírito Santo, que são acolhidas pelo programa de extensão e pesquisa da Ufes *Fordan – cultura no enfrentamento às violências*³.

O problema que move a investigação é identificar de que forma é possível fazer com que o consumo de redes sociais se torne uma ferramenta que auxilie as mulheres no processo de fortalecimento para enfrentar as violências doméstica, institucional e estrutural cotidianas.

Uma das hipóteses levantadas, a partir de rodas de conversas e material publicado por este programa de pesquisa e extensão durante seus 18 anos de atuação, é que as mulheres acolhidas pelo Fordan/Ufes não conhecem mídias sociais que publiquem, de forma sistemática e em linguagem acessíveis, informações que colaborem objetivamente com o seu processo de fortalecimento para enfrentar a situação de violências. O desejo delas, no entanto, é de encontrar esses espaços, sendo as redes sociais um ambiente com grande potencial de cumprir essa função, dada a grande capilaridade de consumo entre elas e a independência em relação às linhas editoriais predominantemente misóginas e racistas, características do jornalismo tradicional.

O conhecimento de estudos acadêmicos já realizados sobre mídias sociais produzidas por mulheres para enfrentar o patriarcado pode mostrar caminhos metodológicos e apresentar dados e conclusões que auxiliem no alcance dos objetivos da pesquisa.

O território de São Pedro

A atual Região da Grande São Pedro é formada por mais de dez bairros, que somam mais de 50 mil habitantes, conforme registrou o vereador Aloísio Varejão, em comunicação na página eletrônica da Câmara Municipal de Vitória, por ocasião dos 46 anos de fundação de São Pedro⁴.

A história do bairro teve início de forma dramática, com o surgimento de um grande lixão a céu aberto, em meados dos anos 1970, conforme registra André Luiz Magalhães Botelho

³ O Programa de Extensão e Pesquisa da UFES *Fordan: cultura no enfrentamento às violências* existe há 18 anos e mantém uma sede social na Região da Grande São Pedro, em Vitória/ES, acolhendo mulheres em situação de violência, em parcerias com movimentos sociais e instituições públicas. Também produz publicações acadêmicas e fomenta a publicação de matérias jornalísticas na imprensa capixaba, e manter um podcast no jornal Século Diário sobre o Aplicativo Fordan para denúncia das violências contra mulheres negras, periféricas, indígenas, de religiões de matriz africana, com deficiências, quilombolas, trans, travesti, lésbicas (corpos invisibilizados), projeto desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

⁴ <https://www.cmv.es.gov.br/opiniaao/ler/2667/melhoria-na-qualidade-de-vida-da-grande-sao-pedro>



em sua tese de Doutorado “Urbanização da Grande São Pedro, Vitória/ES e a conservação do manguezal: palco de contradições”.

A situação que se prolongou por mais de uma década, tornando-se escândalo nacional divulgado pelo documentário “Lugar de Toda Pobreza”, do cineasta capixaba Amilton de Almeida, trazendo o Papa João Paulo II à capital capixaba em 1991. A mudança do cenário de miséria e doenças começou a partir da articulação social dos moradores, com destaque para grupos de mulheres, formados com apoio de instituições como a Igreja Católica por meio das Comissões de Justiça e Paz (BOTELHO, 2011, p. 117).

Em paralelo, os preparativos para a ECO-92, no Rio de Janeiro, levaram o então prefeito, Vitor Buaiz, a buscar soluções para o drama socioambiental da região, por meio do Projeto São Pedro, que incluiu ações de delimitação e preservação da área não devastada de manguezal e urbanização dos locais já ocupados (BOTELHO, 2011, p. 126).

Os conceitos de território e territorialidade utilizados neste artigo, para entender a dinâmica da criminalidade e da violência contra a mulher na região da Grande São Pedro, remete à obra de Haesbaert. Segundo o autor:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quando de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe. (HAESBAERT, 2007, p.22)

Nessa linha, William Carlos Rodrigues Gonçalves, em sua dissertação de Mestrado “Os múltiplos territórios da criminalidade na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES”, também relaciona território e poder: “A violência, com sua face da criminalidade, apropria-se dos territórios excluídos e segregados e passa a territorializar-se, assim fazendo com que se permaneçam as condições nas quais ela se ocupou o território”. (GONÇALVES, 2022, p.55). Exclusão e segregação que são relativas à ausência de políticas públicas essenciais, o que vulnerabiliza todo o território, favorecendo a ramificação da violência e da criminalidade:

As “brechas” das desigualdades, como a falta de emprego e a falta de equipamentos públicos, são fatores que privam as pessoas da cidadania. Sem seus direitos básicos, os locais marcados pela segregação tornam-se territórios a serem conquistados pela criminalidade, que não encontra dificuldades para se estabelecer. (GONÇALVES, 2022, p.49)



Em seu trabalho, GONÇALVES conclui que “instituições como a polícia (na forma de delegacia) não são projetadas para proteger os direitos previstos na lei, especialmente os direitos dos pobres”. Ao mapear todas as delegacias existentes na Grande Vitória, emerge o fato de que há mais unidades nas áreas nobres das cidades, onde predominam crimes contra o patrimônio, e grandes vazios nas áreas periféricas, onde os crimes contra a vida são majoritários.

GONÇALVES mostra que, em 2013, havia apenas uma delegacia na região de São Pedro. Atualmente, a situação ficou ainda pior e a delegacia que atende a região, segundo o Fordan/Ufes, está localizada em Santo Antônio e o teleflagrante, modelo de plantão policial adotado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp) a partir de 2021 na região metropolitana, tornou ainda mais difícil o acesso das mulheres à denúncia e ao registro do Boletim de Ocorrência (BO), visto que o atendimento não é humanizado nem especializado⁵.

Violência contra a mulher: alguns dados

“Um estupro a cada dez minutos e um feminicídio a cada uma hora no Brasil”. Esse é um dos recortes dos dados sobre feminicídio no Brasil, em 2021, de acordo com o Anuário da Segurança Pública publicado no final de 2022, que foi destacado pela coordenadora-geral do Fordan/Ufes, a Profa. Dra. Rosely Pires, em entrevista publicada no jornal *Século Diário* em fevereiro de 2023⁶. Na reportagem, a coordenadora chama atenção para a situação do Espírito Santo, dentro de um cenário nacional já preocupante. O estado é um dos três com maiores índices de negativas de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) pelo Judiciário. O indeferimento, afirma, está diretamente relacionado ao aumento de feminicídio no ano de 2021.

No Rio Grande do Norte, houve aumento de 53,8% nos casos de feminicídio e 10% de indeferimento de MPUs. No Distrito Federal, onde o feminicídio aumentou 47,1%, o indeferimento das medidas foi de 15,79%. No Espírito Santo, o aumento de 46% de feminicídio é acompanhado de 8,49% de negativa de MPUs. (SÉCULO DIÁRIO, 2023)

Para chegar a essa hipótese, a coordenadora utilizou dados de três publicações: o encarte *Violência contra a Mulher* do Fórum de Segurança Pública de 2022, com dados de 2021; o relatório “Avaliação sobre a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha”, publicado também em 2022 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Instituto

⁵ <https://www.seculodiario.com.br/tv-seculo/o-desafio-de-vencer-o-machismo-e-o-racismo-no-judiciario-1>

⁶ <https://www.seculodiario.com.br/justica/onde-ha-mais-negativa-de-medidas-protetivas-ha-mais-feminicidio>



Maria da Peanha (IMP); e o artigo "*Structural Advocacy Organizations and Intersectional Outcomes: Effects of Women's Police Stations on Female Homicides*", divulgado em março de 2022 pelos pesquisadores Anita M. McGahan (Universidade de Toronto), Paulo Arvate (FGV-SP), Paulo Ricardo Reis (UFRJ) e Sandro Cabral (Insper).

Na reportagem, a pesquisadora destaca ainda uma análise de que as mulheres que mais morrem nos três estados são negras: 88% do total no RN; 67% no DF; e 85% no ES.

Estudos de comunicação e violência contra as mulheres no Brasil: uma aproximação

Como parte do trabalho de revisão de literatura a respeito do consumo midiático e a violência de gênero, uma primeira busca feita no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando as palavras-chaves “mídias” e “violência contra a mulher”, apresentou 191 resultados. Desses, 87 foram aproveitados. Foram descartados 104, por terem objetivos mais ligados a áreas como Direito, Educação e Saúde, sem relação relevante entre consumo midiático e violência de gênero, além de outros não disponíveis na plataforma e outras fontes na internet.

Os 87 trabalhos foram classificados a partir de cinco categorias: Área de Conhecimento; Titulação; Mídia; Tema; e Região.

A área de conhecimento mais recorrente foi Comunicação (26). Somado a áreas afins, como “Mídia”, foram 32 trabalhos, correspondendo a 36% do total. Áreas ligadas à Saúde somaram 12 ocorrências, incluindo principalmente Psicologia, Enfermagem e Saúde Coletiva. Serviço Social e Educação empataram, com 5 ocorrências cada. Em outras, foram incluídas áreas como Educação e Letras/Linguagem.

Quanto à titulação, Mestrado teve 75 ocorrências (86,2%) e Doutorado, 12 (13,8%), 5 delas em Comunicação Social.

A principal mídia estudada foi o Jornalismo, com metade das ocorrências (44), seguida de Redes Sociais (14); e Mídias feministas (9). Em Outras (11), foram incluídas mídias como novelas, quadrinhos, postais, mídia estatal, publicidade, comunicação interpessoal etc.. Alguns estudos analisaram mais de uma mídia, sendo que 4 analisaram simultaneamente jornalismo e redes sociais e 5 analisaram jornalismo e outras mídias.

Na categoria Tema, o mais recorrente foi “relação mídia & violência contra a mulher”. Já “condições de trabalho de jornalistas mulheres” foi opção de 3 trabalhos. Em “Outras” estão estudos sobre temáticas que tangenciam o patriarcado na mídia, tratando por exemplo da invisibilidade da mulher na política, militância feminista ampla etc. e somaram 11 trabalhos.



A região Sudeste foi a que registrou número de citações (26), representando 29,8% do total. Dessas, 12 foram em São Paulo, 6 no Rio de Janeiro, 5 no Espírito Santo (todas na Ufes e duas no PósCom) e 3 em Minas Gerais. A região Sul obteve 24 registros; seguida do Nordeste (22); Centro-Oeste (12); e Norte (3).

A segunda busca utilizou as palavras-chave “comunicação” e “violência contra a mulher”, recebendo 219 resultados de dissertações e teses. Desses, 148 foram descartados e 31 já haviam aparecido na primeira busca. As 40 restantes foram analisadas segundo as mesmas cinco categorias.

A área da Comunicação obteve 23 registros (57,5%). Somada a outras 3 de área afins (Mídia e Tecnologia), alcançaram 65% do total. Saúde e Educação ficaram com 3 ocorrências cada e 8 foram de outras áreas, como Direito, Sociologia etc.. Dois terços das ocorrências foram para o título de Mestrado (30), sendo 10 para Doutorado (25%).

Entre as mídias, as jornalísticas (16) corresponderam a 40% das ocorrências, seguidas das redes sociais (5); e mídias feministas (4). Apenas duas trataram de jornalismo junto a outras mídias; e 13 ocorrências foram classificadas como “outras”.

Em relação ao tema, 30 ocorrências foram sobre “relação entre mídia e violência contra a mulher”. As condições de trabalho da jornalista envolveram 3 ocorrências e 7 versaram sobre outras temáticas.

A região Sudeste teve novamente maioria, com 22 ocorrências (55%), 2 delas no Espírito Santo, ambas no Mestrado em Comunicação e Territorialidades da Ufes (PósCom); 9 no Rio de Janeiro, 8 em São Paulo e 3 em Minas Gerais. As regiões Nordeste e Sul empataram com 6 ocorrências cada; seguidas da Centro-Oeste com 5; e Norte com 1.

Nas duas buscas, foi possível observar que, com exceção de apenas um, todos os demais trabalhos sobre Jornalismo mostraram a prevalência do patriarcado nas abordagens das matérias. A exceção foi um projeto de conteúdo publicado em múltiplas plataformas do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC), de Pernambuco.

Em contrapartida, estudos sobre mídias sociais mostraram que essas mídias se constituem em janelas para abordagens mais feministas do assunto, quando produzidas por coletivos de mulheres ou instituições dedicadas à proteção dos direitos das mulheres.

Houve ainda alguns trabalhos que analisaram tanto as matérias de jornais quanto os embates que elas provocaram nas redes sociais. Nesses casos, todas as pesquisas identificaram nas redes espaços para manifestações que desafiaram a narrativa jornalística que revitimiza a mulher agredida/assassinada.



Já os estudos que apontam misoginia nas mídias sociais foram os que não tiveram como *corpus* as redes produzidas por grupos de mulheres ou instituições de defesa da igualdade de gênero, mas sim situações específicas, como o conjunto de comentários em determinada/s rede/s social/s que formaram um evento de proliferação importante de postagens de ódio sobre alguma temática feminista; ou foram estudos que tinham por objetivo analisar episódios de “cancelamento” em redes sociais ou crimes de cyberstalking.

Um estudo em específico chamou atenção, ao estudar as mídias sociais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT):

Uma das consequências dessa dinâmica [a comunicação organizacional descolada da que é realizada em interação direta com o usuário] é a incongruência entre as demandas dos cidadãos, ou seja, aquilo que o usuário quer ou precisa saber sobre o assunto, e os produtos comunicativos que são produzidos no Setor de Comunicação do órgão. Ainda muito centrado nos grandes eventos realizados, nas falas de autoridade ou nas ações dos promotores de Justiça, esses produtos esquecem de abordar pontos importantes à questão, como os já muito citados ciclo da violência e tipos de violência previstos na LMP [Lei Maria da Penha]. (SALIM, 2019, p.152)

Essa conclusão se alinha às hipóteses levantadas na pesquisa, de que as mídias sociais dos órgãos públicos responsáveis por acolher as mulheres em situação de violência da Grande Vitória, não realizam uma comunicação assertiva com mulheres periféricas.

Considerações finais

Essa primeira análise das publicações acadêmicas confirmou que as redes sociais são o espaço para mais propício para dar voz às mulheres em situação de violência, visto que o jornalismo convencional ainda mantém uma forte tendência à individualização e ao sensacionalismo, sem uma perspectiva histórica desse tipo de crime.

Num segundo momento desse mapeamento dos estudos acadêmicos dedicados às relações entre mídia e violência contra a mulher, será feita uma análise das dissertações e teses mais afinadas com a problemática e objetivos desta pesquisa, para apreender metodologias e conclusões que possam contribuir com o trabalho, que busca responder à seguinte questão: Como é possível criar práticas e processos de comunicação mais efetivos, que realmente levem em consideração a realidade dessas mulheres, sem o enquadramento jornalístico convencional?

Uma hipótese para este problema de pesquisa passa pelas mídias independentes, preferencialmente produzidas por coletivos de mulheres e instituições comprometidas com a



igualdade de gênero. E é, talvez, a partir de uma maior evidência dessas mídias e dessas publicações que o próprio jornalismo pode ser levado a repercutir esse movimento, abrindo brechas nas linhas editoriais que o caracterizam, bem como as mídias sociais produzidas pelas instituições públicas responsáveis pelo acolhimento das mulheres em situação de violência.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, ANDRÉ LUIZ MAGALHÃES. **Urbanização na Grande São Pedro, Vitória/ES e a conservação do manguezal: palco de contradições**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.
- GONÇALVES, WILLIAM CARLOS RODRIGUES. **Os múltiplos territórios da criminalidade na região metropolitana da Grande Vitória – ES**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2022.
- HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.
- SALIM, Elisa Ramalho. **Comunicação Pública e Lei Maria da Penha: as estratégias comunicativas na perspectiva do usuário**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, 2019.
- SÉCULO DIÁRIO. **O racismo e o machismo no Judiciário**. Vitória, 2023. Disponível em <<https://www.seculodiario.com.br/tv-seculo/o-desafio-de-vencer-o-machismo-e-o-racismo-no-judiciario-1>>. Acesso em 04 nov. 2023.
- _____. **'Onde há mais negativa de medidas protetivas, há mais feminicídio'**. Disponível em <<https://www.seculodiario.com.br/justica/onde-ha-mais-negativa-de-medidas-protetivas-ha-mais-feminicidio>> Acesso em 04 nov. 2023.